

OS AGENTES DA FORMAÇÃO DAS VARIEDADES ANGOLANA E BRASILEIRA DO PORTUGUÊS A PARTIR DE AMÉLIA MINGAS E ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA¹

Malungu Job Mateva²

RESUMO

Neste artigo, fizemos um levantamento de um conjunto de textos que compõem o fazer acadêmico da linguista angolana Amélia Mingas e da linguista brasileira Rosa Virgínia Mattos e Silva. A partir desse conjunto de textos e nos baseando na proposta de uma historiografia linguística transatlântica e decolonial (Coelho; Finbow, 2020; Coelho; Santos, 2022; Coelho, 2023), buscamos compreender como as duas linguistas introduzem e discutem o papel da população africana e afro-descendente, em Angola e no Brasil, na formação das respectivas variedades da língua portuguesa nestes espaços. De modo geral, a produção acadêmica de Mingas e Mattos e Silva mostrou que as autoras discutem a história da língua portuguesa a partir do protagonismo da população africana e afro-descendente e do contato linguístico, rompendo, assim, com uma narrativa tradicional eurocêntrica.

Palavras-chave: língua portuguesa - Angola; língua portuguesa - Brasil; historiografia linguística; linguagens e línguas - variação.

ABSTRACT

In this article, we examine a body of work by Angolan linguist Amélia Mingas and Brazilian linguist Rosa Virgínia Mattos e Silva. Drawing on this corpus—and grounded in the framework of a transatlantic, decolonial linguistic historiography (Coelho; Finbow, 2020; Coelho; Santos, 2022; Coelho, 2023)—we explore how both linguists introduce and discuss the role of African and Afro-descendant populations in Angola and Brazil in the formation of the respective varieties of the Portuguese language in these regions. Overall, the scholarly work of Mingas and Mattos e Silva demonstrates that both authors approach the history of the Portuguese language by centering the agency of African and Afro-descendant populations and the dynamics of linguistic contact, thereby breaking away from a traditional, Eurocentric narrative.

Keywords: Portuguese language - Angola; Portuguese language - Brazil; linguistic historiography; language and languages - variation.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Ferreira dos Santos.

² Discente do curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Considerando a História um conjunto de fatos e eventos que estão situados num determinado tempo e espaço, a Historiografia seria os estudos voltados para a descrição, o relato e a narração destes fatos e eventos. A Historiografia, sendo um campo interdisciplinar, permite o diálogo com diferentes áreas para alcançar os objetivos delimitados pelo historiógrafo.

No âmbito dos estudos linguísticos, temos a Historiografia Linguística (doravante, HL) preocupada com o desenvolvimento das narrativas que envolvem as ideias e práticas linguísticas dos mais variados textos contextualizados em um tempo e espaço resultando na escrita da história do estudo sobre a linguagem (Swiggers, 2013; 2019).

Para Coelho e Hackerott (2012), a HL é uma disciplina capaz de recuperar, preservar e interpretar a memória dos percursos da Linguística e conhecer a dimensão histórica da Linguística conduz o pesquisador a uma maior consciência do lugar que ocupa na área, bem como do papel da Linguística no universo mais amplo da ciência e da sociedade. Não obstante, embora reconheçam práticas antigas de recuperação de saberes linguísticos, as autoras delimitam a HL como uma área que vai além da simples enumeração de autores e obras.

A função do pesquisador na HL é examinar as circunstâncias de produção e de recepção do conhecimento construído sobre a linguagem e as línguas, a partir de uma descrição não normativa dos princípios e métodos de produção do conhecimento linguístico, assim como de seus resultados, bem ou malsucedidos, em determinado momento, inevitavelmente histórico (Altman, 2019). Essa função crítica e metodologicamente orientada da HL, inclusive, é notada desde a década de 1970 a partir da contribuição pioneira de Konrad Koerner na consolidação da HL como área autônoma.

Para Batista (2020), a interpretação dos saberes sobre a linguagem se dá a partir da descrição e análise de dois parâmetros:

- i) parâmetros internos: voltados para o modo como a concepção de linguagem, a compreensão dos fenômenos linguísticos e suas análises se fazem presentes nos documentos históricos e são delimitados pelos agentes de produção, circulação e recepção de ideias;
- ii) parâmetros externos: onde se considera o contexto histórico em que os textos estão inseridos e legitimados como parte de um fazer científico, intelectual e pedagógico, por exemplo, dentro de um grupo de interessados e que passam por diferentes processos de institucionalização dos saberes e relacionados com o clima de opinião de uma época.

Para este presente artigo, nossos documentos históricos são um conjunto de textos que contemplam parte da produção intelectual e acadêmica de duas linguistas: a brasileira Rosa Virgínia Mattos e Silva (Brasil, 1940-2012) e a angolana Amélia Mingas (Angola, 1940-2019).

Nossa escolha por linguistas do Brasil e de Angola é uma forma de chamar a atenção para o fato de que, aqui, o espaço geopolítico-linguístico em destaque é o espaço ou domínio transatlântico, marcado pela interseccionalidade de percursos históricos e que nos permite reinterpretar a forma como os estudos linguísticos têm sido produzidos e atentarmos para as correlações instauradas pelos contatos populacionais e linguísticos que se deram e se dão nestes espaços (Coelho; Santos, 2022).

Intencionamos, portanto, contemplar uma narrativa que privilegia uma história do conhecimento e do pensamento linguísticos, longe de ser universal, mas que destaca sujeitos, em geral, silenciados quando notamos um fazer científico ainda estruturado em um eixo europeu e norte-americano. Para além de uma historiografia linguística transatlântica, ao considerar o período e espacialidade de formação dessas variedades, também se vislumbra destacar a presença feminina na construção e consolidação do saber científico e da memória no campo da linguagem conforme proposto por Altman e Lourenço (2023).

Uma abordagem preliminar das obras de Mattos e Silva e Mingas aponta que as duas autoras consideraram o contato linguístico como um dos principais fatores envolvido na formação das variedades brasileira e angolana da língua portuguesa com o protagonismo dos indígenas e escravizados africanos, no caso do Brasil, e dos africanos, no caso de Angola.

Nosso intuito, então, é apontar como as duas linguistas inserem o sujeito africano ou afro-descendente na constituição do português brasileiro e do português angolano e, consequentemente, no processo de afirmação e legitimação dessas variedades nacionais. A princípio, focaremos na produção das autoras de forma individualizada e, em seguida, buscamos um “diálogo” que possa aproximar os seus debates.

Seguindo esta “Introdução”, nosso trabalho reserva uma seção destinada a discorrer sobre o que entendemos por uma historiografia linguística transatlântica e decolonial. Em seguida, apresentamos Rosa Virgínia Mattos e Silva e Amélia Mingas a partir de suas informações biográficas e de algumas de suas produções acadêmicas que discutem as variedades brasileira e angolana do português. Finalmente, uma seção em que buscamos explicitar o elemento africano e/ou afro-descendente nestas duas variedades da língua portuguesa e o possível diálogo entre as autoras para, então, termos nossas considerações finais.

2 UMA HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA TRANSATLÂNTICA E DECOLONIAL

Em “Apontamentos para uma história linguística transatlântica e descolonizada do português no Brasil: o contato e a diversidade em foco”, Coelho e Finbow (2020) apresentam as iniciativas em andamento para se pensar uma história do português brasileiro dentro de um contexto transatlântico e de uma descolonização teórico-metodológica.

Em termos teórico-metodológicos, interessa adotar modelos e categorias mais despegados das tradições majoritárias em Linguística. Essas tradições majoritárias, constituídas a partir da Europa e de suas línguas, por vezes dificultam a apreensão de outros sistemas (cognitivos, linguísticos, culturais) (Coelho; Finbow, 2020, p. 61).

A descolonização, dentro dessa perspectiva teórico-metodológica, situaria o contato linguístico como o centro do funcionamento da linguagem e o responsável pela variação e mudança linguísticas, permitindo que se reconheça e defenda “a diversidade étnica, cultural e linguística como marcas perenes dos territórios que viriam a constituir o Brasil, desde antes da presença europeia” (Coelho; Finbow, 2020, p. 62). Para Coelho e Finbow (2020), esse exercício colocaria em destaque outras línguas que também estiveram presentes na formação do português brasileiro e no desenvolvimento da história linguística brasileira.

Essas línguas - que foram, por vezes, secundariamente tratadas quando se examinou a história linguística do que temos chamado de “**espaço transatlântico**” - talvez possam oferecer *insights* que nos desvie, de um lado, da construção de saberes apenas especulativos (atributo vinculado à conhecida falta de fontes documentais para essa história), e, de outro lado, da predileção por um enredo histórico sempre reiterado: aquele que, em diferentes chaves interpretativas, trata da instalação hegemônica do português no Brasil (Coelho; Finbow, 2020, p.62 - grifos nossos).

Ao trazerem a construção de uma história linguística do português do Brasil em um “espaço transatlântico”, Coelho e Finbow (2020) aproximam-se do que, no campo da História, é discutido no âmbito da temática da “História Atlântica”.

Conforme apontado por Cecatto (2017), a História Atlântica propõe romper, desde as últimas décadas do século XX, com os padrões metodológicos de uma narrativa histórica estruturada a partir dos pressupostos historiográficos europeus e que não privilegiavam as comunidades do Atlântico.

Mas o que se entende por Atlântico? O Atlântico “foi uma invenção europeia não apenas porque os europeus foram seus ocupantes exclusivos, mas porque foram também os primeiros a conectar os seus quatro lados em uma única entidade [...]” (Armitage, 2014, p. 207). Ainda nos termos de Armitage (2014, p. 207), os europeus transformam o Atlântico, para além de um

atributo natural singular, em um sistema resultante de sucessivas empreitadas de “navegação, exploração, colonização, administração e imaginação”.

Na construção de uma História Atlântica, há a urgência da desconstrução de uma narrativa em que os europeus tenham sido os únicos ocupantes do atlântico, já que o oceano estabelecia conexões entre diferentes comunidades, com suas respectivas singularidades, e que se aproximavam através da circulação de pessoas, mercadorias e culturas, por exemplo (Cecatto, 2017). Em nosso entendimento, também é válido incluir a circulação de línguas e o contato linguístico como um dos aspectos a serem abordados em uma perspectiva de uma História Atlântica.

É a partir desta perspectiva, e das discussões em Coelho e Finbow (2020), que Santos (2021) também insere os trabalhos da linguista angolana Amélia Mingas no escopo de uma história linguística transatlântica. Ao longo de seu fazer científico, Mingas buscou elencar algumas características do português falado em Angola a partir das interferências das diversas línguas autóctones. Assim, Mingas não se furta em apontar o contexto sociolinguístico e histórico de Angola, em específico durante o período de colonização portuguesa e o período pós-colonial, também destacando em suas análises os trânsitos e contatos populacionais e, conseqüentemente, os contatos linguísticos como força motora da construção da variedade angolana do português.

Assim como vimos em Cecatto (2017), uma história (trans)atlântica é narrada a partir do rompimento com a narrativa histórica tradicional eurocêntrica. No âmbito linguístico, também é proposto esse rompimento e uma história linguística transatlântica seria o resultado de uma revisão da história conhecida e reconhecida da linguagem no domínio transatlântico marcada por lacunas, ocultações, interdições, silenciamentos e invisibilizações (Coelho; Santos, 2022). Ao construir uma historiografia linguística transatlântica a partir de Brasil e Angola, por exemplo, buscamos examinar os “modos de representação e codificação que as ‘línguas’ e os sujeitos participantes da história linguística transatlântica têm recebido, ao longo do tempo, em diferentes conjunturas” (Coelho; Santos, 2022, p. 2).

Em Coelho e Santos (2022) e, mais especificamente, em Coelho (2023), discute-se uma “historiografia linguística decolonial” a partir de uma atuação crítica frente a uma HL que ainda legitima uma modernidade/colonialidade e norte-centrismo no fazer linguístico. Segundo os autores, a modernidade/colonialidade é a responsável por permitir a permanência de lógicas coloniais europeias nos mais diferentes domínios, inclusive no domínio do saber. Na colonialidade do saber firma-se um saber universal, em geral, construído a partir do norte global. “Um tal consenso, evidentemente, leva à inferiorização e à desconsideração de outros

enquadramentos epistêmicos, impondo obstáculos à “diversidade” do pensar” (Coelho; Santos, 2022, p. 3).

É importante, então, em uma historiografia linguística decolonial, que se busque “ressaltar intelectualidade subequatorial e, nesta, as mulheres, pessoas pretas, indígenas, LGBTQIA+, estrangeiras, socialmente periféricas, quando se pensa na produção de conhecimentos sobre as línguas e a linguagem” (Coelho; Santos, 2022, p. 5).

Para Coelho (2023), é necessário que tenhamos uma HL centrada no Sul Global e na reconfiguração epistemológica do campo ao defender que a historiografia linguística decolonial deve romper com a centralidade eurocêntrica. Nesta historiografia interessa-nos:

a) uma ampliação e diversificação do conjunto de objetos de interesse; b) uma tentativa de capturar a movimentação histórica em fluxos geocronológicos a serem estabelecidos (ad hoc); c) uma busca de maiores conexões entre histórias dos estudos linguísticos e outras dimensões da história subequatorial (econômicas, sociais, políticas, culturais); d) a consideração das pessoas envolvidas com a elaboração e a comunicação do conhecimento linguístico e com a criação de aparelhos e políticas institucionais como corporificadas, interessadas e situadas em específicas posições geopolíticas (Coelho, 2023, p. 13)

Na próxima seção, apresentamos as linguistas angolana Amélia Mingas e a brasileira Rosa Virgínia Mattos e Silva e suas obras que consideramos importantes para a discussão de uma historiografia linguística atlântica e decolonial destacando como essas autoras pontuam os agentes formadores das variedades angolana e brasileira da língua portuguesa.

3 AMÉLIA MINGAS E ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA: VIDAS E OBRAS

Nesta seção, fazemos uma breve apresentação biográfica de Mingas e Mattos e Silva seguida da apresentação de um conjunto de textos selecionados da vasta produção bibliográfica das autoras e que serviram de base para nossa discussão na seção 4, mais adiante.

3.1 AMÉLIA MINGAS

Amélia Arlete Vieira Dias Rodrigues Mingas nasceu em Angola, na cidade de Luanda, no dia 17 de dezembro de 1940 e veio a falecer a 12 de agosto de 2019.

Em relação à sua vida escolar, Mingas licenciou-se em Filologia Germânica pela Universidade de Lisboa e doutorou-se em Linguística Geral e Aplicada pela Universidade Paris

Descartes. Sua atuação profissional envolveu a docência e a pesquisa na Universidade Agostinho Neto, onde foi a responsável, dentre vários componentes, pelo ensino de Linguística Bantu. Na área de gestão, Mingas ocupou o cargo de diretora do Instituto Nacional de Línguas de Angola, coordenou o departamento de ensino de língua portuguesa no Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda e foi diretora executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Ao longo de sua produção acadêmica, Mingas se debruçou nos estudos sobre o português falado em Angola em contato com as línguas autóctones de seu país, buscando através da descrição e análise de diferentes fenômenos linguísticos, apontar as singularidades dessa variedade de português. Além disso, a linguista também se ocupou em discutir a temática das políticas linguísticas, promoção e ensino das línguas autóctones, o papel da mulher na sociedade angolana etc..

Desde seu falecimento, as produções de Amélia Mingas estão disponibilizadas em um portal específico³, idealizado pelo viúvo Jota Carmelino. De livre acesso, além dos textos que englobam livros, artigos, ensaios e comunicações produzidos por Mingas, há referências a trabalhos que mencionam a linguista, como artigos, matérias jornalísticas e material em audiovisual diversos. Seleccionamos deste acervo, seis produções de Mingas em que a autora apresenta, de forma mais explícita, discussões acerca do contato linguístico e dos aspectos sócio-históricos e linguísticos do português de Angola:

- Português em Angola - Reflexões (1998)
- Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda (2000)
- Língua versus Fala: a questão angolana (2004a)
- A língua portuguesa em Angola (2004b)
- O pretuguês, português em/de Angola (2018)

3.1.1 “Português em Angola - Reflexões” (1998)

Em “Português em Angola - Reflexões”, comunicação realizada no VIII Encontro das Universidades de Língua Portuguesa, em Macau, Mingas (1998) traz para o debate o status da língua portuguesa em Angola, abordando-a sob duas perspectivas: i) português como língua

³ <https://ameliamingas.org/>. Acesso em: 22 jun. 2026.

estrangeira (português em Angola) ou ii) português como língua segunda (português de Angola).

É oportuno destacar, conforme já apontado por Coelho e Santos (2022), que é neste trabalho que Mingas traz para a discussão e nomeia a língua portuguesa falada no país de “português de Angola” e desenvolve “formas de nomeação mais particularizadas e incisivas para o português nativizado que surge em Angola” (Coelho e Santos, 2022, p.12). Essa variedade embrionária também é nomeada por Mingas como “português angolano” ou “angolano”.

Para Mingas, o português falado em Angola deve ser compreendido não como língua estrangeira, mas, sim, como língua segunda, terceira ou quarta de muitos angolanos que têm como língua primeira uma língua africana. Esse português angolano, segundo a autora, seria uma variedade legítima em formação e fruto de influências e de contatos linguísticos das línguas africanas no português falado em Angola, que se verifica nos níveis fonético-fonológico, lexical e morfossintático. Ainda para Mingas, essas características do português de Angola vão se sobrepor ao “português padrão” como língua segunda dos angolanos.

3.1.2 Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda (2000)

Embora publicado como livro nos anos 2000, *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda* é o resultado traduzido do mestrado de Mingas realizado entre 1987/1988, sob supervisão de Louis-Jean Calvet, na Universidade de Paris V, e que já apresenta algumas discussões prévias sobre um “português de Angola” (Santos, 2021, p. 580).

Neste trabalho, Mingas nos apresenta um panorama sócio-histórico e linguístico de Angola para nos introduzir na complexa discussão acerca da situação linguística angolana. Para isso, a autora aponta as questões envolvidas entre o contato linguístico da língua portuguesa e do quimbundo e as interferências linguísticas resultantes deste processo.

É importante destacar o expressivo trabalho de Mingas em propor descrições e análises linguísticas que se distancie “do grupo de analistas que se caracteriza pela tendência de considerar somente as interferências das línguas dos colonizadores na dos colonizados, ou as influências das línguas de grande difusão nas línguas minoritárias e quase nunca o contrário” (Mingas, 2000, p. 23).

Assim, Mingas ratifica que o português falado em Angola, especificamente, Luanda, é fruto de contato linguístico, enfatizando o protagonismo da língua quimbundo na interferência

das características estruturais dessa variedade de português e que pode ser notada nos níveis fonológico e morfossintático.

3.1.3 “Língua versus Fala: a questão angolana” (2004)

Neste trabalho, Mingas prossegue com suas discussões sobre a temática do português falado no país, apontando que o português como língua dominadora teve exclusividade funcional dentro do território angolano, permitindo que seu uso se propagasse progressivamente dentre os angolanos, durante e depois da luta colonial.

A autora reflete aqui que, numa primeira fase, o português integra a realidade angolana de forma imposta. No entanto, os angolanos se apropriam desta língua para manifestarem seu descontentamento contra o sistema colonial opressor, tornando-se elemento essencial para a emancipação de Angola.

Para Mingas, a língua é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções adotadas pela própria sociedade para que ocorra o exercício desta faculdade pelos seus membros, como apontado por Saussure. Mas a língua também é o “elemento de identificação, acto e fator de cultura, próprios a uma comunidade específica” (Mingas, 2004a, p.2).

Desse modo, Mingas também pontua que elementos culturais angolanos foram e estão impressos no português falado em Angola, levando-a a afirmar a existência de uma variedade angolana de português.

A dinâmica do fenómeno de troca cultural que se desenvolveu durante a época colonial, entre os Angolanos e os Portugueses, implicou modificações substanciais da língua portuguesa. Tendo em conta a presença de contributos linguísticos e sócio culturais locais, a alteração que a língua portuguesa tem vindo a sofrer, em Angola, durante todos estes séculos de contacto com as línguas e culturas locais, constitui um processo em lento, progressivo e contínuo desenvolvimento e é graças a essa coabitação que ela foi crescendo e diferenciando-se, de acordo com cada uma das sociedades receptoras (Mingas, 2004a, p. 2).

É interessante apontar que, ao longo deste trabalho, Mingas também discorre sobre a variação linguística das variedades moçambicana e brasileira do português, que assim como a angolana, não se deve apenas a dinâmicas internas, mas também a externas, nomeadamente: o contato com outras realidades linguísticas e extralinguísticas ligadas a essas sociedades.

3.1.4 “A língua portuguesa em Angola” (2004)

Nesta comunicação, por ocasião do 20o Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, em Lisboa, Mingas discute políticas linguísticas em Angola em diálogo com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o papel do português nesse espaço. Segundo a autora:

A problemática da língua portuguesa em Angola, permite-nos admitir que se torna necessário e urgente criar condições para que seja feito o inventário do português fundamental dos países membros da CPLP, porquanto sem o seu inventário, estudo e monitorização, poderá estar ameaçada a manutenção da possibilidade de intercompreensão que ainda existe entre os diversos falantes de LP (Mingas, 2004b, p. 3)

Mingas também destaca que em outros países da CPLP, a língua portuguesa é um dos elementos de identidade desses povos, pois o português conviveria com outras línguas que também são parte identitária dessas pessoas. Deste modo, para Mingas é necessário a implantação de políticas linguísticas no âmbito da CPLP para que o uso do português não se sobreponha e anule a relevância de outras línguas autóctones, reconhecendo, portanto, o papel das línguas locais como veiculadoras de valores e de formas de representação da realidade social. Especificamente no caso Angolano, Mingas destaca a contribuição do quimbundo, do quicongo e do umbundu como agentes formativos da língua portuguesa.

3.1.5 “O pretuguês, português em/de Angola” (2018)

Neste texto de 2018, Mingas contextualiza brevemente a situação histórica da língua portuguesa em território angolano com a chegada dos portugueses e as implicações do contato linguístico da língua do colonizador com as línguas maternas dos angolanos. Então, a linguista divide seu texto em três partes: “O pretuguês”, “O português em Angola” e “O português de Angola”.

Mingas (2018, p. 4) destaca que, durante o período colonial, “toda a palavra mal pronunciada, a não concordância em número ou género dos nomes, do determinante em relação ao determinado eram, de imediato apelidadas de pretuguês [...]”, e esse “rótulo” era um fator decisivo “[...] que levava muitos dos estudantes africanos a coíbiem-se de utilizar a língua comum, por receio de serem ridicularizados”. A autora chama atenção, então, para a racialização do modo de falar a língua portuguesa pelos professores portugueses, muito por

conta de seus desconhecimentos acerca da estrutura e funcionamento das línguas autóctones e sua interferência no português por conta do contato linguístico.

Em “O português em Angola”, Mingas busca, de forma breve, uma revisão da literatura acerca da “presença, vivência e convivência da língua portuguesa com as línguas endógenas do nosso espaço” (Mingas, 2018, p. 5) e, para isso, retoma os autores Carlos Ervedosa, Carmo Reis e José Carlos Venâncio. Assim, é construída uma narrativa da presença da língua portuguesa em Angola exemplificada, por exemplo, pela sua chegada aos centros populacionais mais antigos, como Luanda e Benguela, e seu contato íntimo com diferentes culturas; a produção literária de uma intelectualidade negra e mestiça que se expressavam tanto em quimbundo como em “português mais puro”; a criação do Boletim Oficial e a proliferação da imprensa em quimbundo e português; as dinâmicas familiares e sociais moldadas pelas línguas africanas e o português.

Logo no primeiro parágrafo de “O português de Angola”, Mingas (2018, p. 9, grifo nosso) afirma que “à diferença do pretuguês e do português em Angola, o português de Angola consolidará o **processo de africanização** da língua europeia no país. Queremos com isto dizer que ele constituirá uma fase da estabilização do português angolano [...]”. Para Mingas, portanto, a língua portuguesa falada em Angola, já africanizada e estabilizada, é “não somente a língua primeira dos Angolanos nesses espaços mas também ela foi aí, percentualmente superior às africanas, como língua segunda”.

3.2 ROSA VIRGÍNIA DE MATTOS E SILVA

Rosa Virgínia Barreto de Mattos Oliveira e Silva é natural de Salvador. Nasceu no dia 27 de julho de 1940 e faleceu em 16 de julho de 2012.

Formou-se em Letras - Línguas Anglo-Germânicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1961. Posteriormente, realizou mestrado em Letras na Universidade de Brasília (UnB), em 1965, e doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP), concluído em 1971, sob orientação de Isaac Nicolau Salum.

Trabalhou como professora titular e posteriormente emérita da Universidade Federal da Bahia (UFBA), dedicando sua trajetória intelectual à investigação histórica da língua portuguesa, especialmente ao português arcaico e ao processo de constituição do português no Brasil. Seus trabalhos aproximaram filologia e linguística histórica, contribuindo decisivamente para renovar os estudos diacrônicos da língua portuguesa no Brasil, sendo reconhecida como uma das mais importantes e influentes linguistas, também no cenário internacional.

Da vasta produção de Rosa Virgínia Mattos e Silva, selecionamos quatro ensaios publicados no livro *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro* (2004):

- Português brasileiro: raízes e trajetórias para a construção de uma história (1992)
- A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro (1995)
- A generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro (2001)
- Fatores sócio-históricos e a presença africana na formação do português brasileiro (2002)

É importante destacar que a referida obra, embora publicada em 2004, é a reunião de pesquisas desenvolvidas e algumas conferências realizadas por Mattos e Silva, de 1992 a 2002. Considerando a vasta produção de Mattos e Silva e suas diferentes frentes de atuação, nossa escolha por essa obra deu-se pela temática comum e central dos ensaios aí reunidos: os contextos de interações linguísticas que explicariam a formação do português brasileiro a partir dos seus agentes.

3.2.1 “Português brasileiro: raízes e trajetórias para a construção de uma história”

Neste ensaio, Mattos e Silva (2004) propõe uma revisão crítica das interpretações tradicionais sobre a formação do português brasileiro. Seu principal objetivo é demonstrar que a história linguística do Brasil não pode ser compreendida apenas como continuidade do português europeu, mas como resultado de um intenso processo de contato linguístico entre portugueses, indígenas e africanos.

Ao discutir os estudos tradicionais sobre o português brasileiro, Mattos e Silva denuncia a ideologia linguística que tentou enobrecer o português do Brasil, negando a participação negra e indígena em sua constituição, como foi considerado por Serafim da Silva Neto e que a autora problematiza e refuta ao afirmar que o português brasileiro foi “inexoravelmente nascido do encontro da linguagem adulterada de negros e índios e da koiné portuguesa” (Mattos; Silva, 2004, p. 12).

Mattos e Silva vale-se de dados demográficos que desenham uma sociedade brasileira dos primeiros séculos profundamente multiétnica e plurilíngue com expressiva presença africana na então colônia. Conforme apontado por Mattos e Silva, o censo de Anchieta de 1583 indicava a presença de 14.100 negros para 24.750 brancos em nosso território e são evidências demográficas indispensáveis para compreender a história linguística do país, considerando que,

conforme será pontuado pela autora, há um incremento do elemento negro-africano no Brasil, ultrapassando o elemento branco.

3.2.2 “A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro”

Retomando algumas discussões já levantadas em outros fóruns, neste ensaio Mattos e Silva vai reforçar ser impossível discutir a história do português brasileiro sem levar em conta a experiência africana no Brasil colonial. A presença negra aparece como elemento decisivo na constituição das variedades populares do português, para a autora.

Mais uma vez referendando Serafim da Silva Neto e concordando com o seu pioneirismo nos estudos sobre as fontes sócio-históricas do passado de nossa língua portuguesa, Mattos e Silva se coloca contrária, no entanto, à “visão lusitanófila” de Silva Neto que defendia a ideia de uma dominação total ou vitória da língua portuguesa sobre as influências indígenas e africanas.

A discussão central, então, será a demografia histórica do Brasil e os dados populacionais fornecem pistas fundamentais para compreender a heterogeneidade do português brasileiro. Durante grande parte da história colonial, a população brasileira foi majoritariamente não branca, ou seja, a população portuguesa nunca foi maior em relação à população negra e indígena. Esse fato evidencia claramente o papel africano e indígena na formação linguística do Brasil e desmonta a ideia de que o português brasileiro teria se desenvolvido exclusivamente a partir da herança europeia.

Dedicando uma atenção às línguas africanas, Mattos e Silva aponta a importância das línguas banto que se fizeram presente ao longo dos quatro séculos de tráfico de pessoas do continente africano. Essa presença linguística e o contato linguístico com o português teve efeitos profundos na constituição do português brasileiro.

Outro ponto relevante do texto é a crítica à noção de homogeneização linguística produzida pela escola. A autora demonstra que, durante grande parte da história do Brasil, a maioria da população estava excluída da escolarização formal. Segundo a autora, até o século XVIII os letrados não ultrapassaram 0,5% da população e esses índices não se alteraram significativamente no século XX.

Essa ausência de escolarização é interpretada como elemento importante para a preservação das variantes populares do português brasileiro, fortemente marcadas pelo contato linguístico. A autora afirma que o português brasileiro foi transmitido “naturalmente, assistematicamente, sem interferência do ensino escolar” (Mattos; Silva, 2004, p. 41). Dessa

maneira, Mattos e Silva sugere que as variedades populares conservaram traços produzidos historicamente pelas relações entre africanos, indígenas e portugueses.

3.2.3 “A generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro”

Logo na introdução de seu ensaio, Mattos e Silva pontua estar em “busca de uma interpretação para a difusão generalizada da língua portuguesa, no seu formato brasileiro, em nosso tão extenso, e de complexa história lingüística, território nacional”.

Ciente do multilinguismo que constitui nossa sociedade no período colonial, a autora faz um breve levantamento histórico da situação lingüística de nosso país, destacando as línguas indígenas e as línguas africanas aqui presentes no contexto da escravidão que, para a autora, é associado diretamente à formação e difusão do português brasileiro.

O destaque do texto é o extenso levantamento demográfico apresentado por Mattos e Silva apontando que, por um lado, com a dizimação indígena, há um incremento da população africana e de afro-descendentes. Junto do aumento da população desse grupo, há também a sua mobilidade, e ocupação, no território nacional para atender as demandas escravagistas.

Em maior número e espalhados pelo território, para Mattos e Silva, “a “voz” africana e dos afro-descendentes”, a partir do aprendizado precário, e sem escolarização, do português como segunda língua e pela oralidade das atividades cotidianas, “reestruturou o português europeu” (Mattos; Silva, 2004, p. 93).

3.2.4 “Os fatores sócio-históricos e a presença africana na formação do português brasileiro”

Neste ensaio, mais uma vez, Mattos e Silva propõe uma interpretação histórica da constituição do português brasileiro fundamentada em fatores sociais, demográficos e lingüísticos que ultrapassam explicações exclusivamente filológicas ou eurocêntricas.

O texto parte da discussão acerca da diferenciação entre o português europeu e o português brasileiro para demonstrar que a variedade brasileira se formou em um processo histórico complexo marcado pelo contato entre povos e línguas. Entre os agentes formativos destacados pela autora, sobressaem-se os africanos, os afrodescendentes e as línguas africanas, cuja participação é apresentada como decisiva na modelagem do português brasileiro.

Ao analisar os estudos de Serafim da Silva Neto, Mattos e Silva destaca seu pioneirismo em reconhecer o contato lingüístico como fator da formação do português brasileiro. Ainda que

Serafim da Silva Neto tenha posteriormente defendido a vitória da língua portuguesa pela chamada “superioridade cultural do colonizador” (Mattos; Silva, p. 124), Mattos e Silva (2004) retoma esse mesmo dado histórico para chegar à conclusão oposta, ao apontar que o contato com indígenas e africanos não foi transitório nem irrelevante, mas constitutivo do português brasileiro.

A demografia histórica apresentada pela autora oferece uma das principais evidências desse argumento. A partir do chamado censo de Anchieta, Mattos e Silva (2004) lembra que, no final do século XVI, a população do Brasil seria composta por 57 mil habitantes, dos quais 32 mil eram não europeus (Mattos; Silva, 2004, p. 125). Mais adiante, ao considerar o conjunto do período colonial e pós-colonial, a autora afirma que “predominam etnias não brancas, numa média aproximada de 70% para as não brancas e de 30% para a etnia branca” (Mattos; Silva, 2004, p. 126). Esses dados desmontam teses que atribuem exclusivamente aos colonizadores portugueses a formação da língua brasileira, pois evidenciam que a maioria da população era composta por indígenas, africanos e afrodescendentes.

Entre esses 3 grupos, Mattos e Silva ressalta o peso demográfico dos africanos. Segundo a autora, “os africanos e afro-descendentes estão no patamar de 60% da população do Brasil entre os séculos XVII ao XIX” (Mattos; Silva, 2004, p. 128). Diferentemente do que ocorreu com os indígenas, os africanos foram continuamente incorporados ao espaço colonial por meio do tráfico negreiro, trazendo ao Brasil entre 200 e 300 línguas africanas, predominando as famílias bantu e benué-kwa.

Mattos e Silva atribui papel decisivo à presença africana e afrodescendente na formação do português brasileiro, que não pode ser explicado apenas pela herança portuguesa. Ao contrário, sua formação está profundamente vinculada à atuação histórica dos povos africanos e de seus descendentes, que, mesmo submetidos a um silenciamento social, foram agentes fundamentais na difusão e formação do português falado no Brasil.

4 O AGENTE FORMADOR DAS VARIEDADES ANGOLANA E BRASILEIRA DO PORTUGUÊS POR AMÉLIA MINGAS E ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA

Na seção anterior, apresentamos uma seleção de textos da vasta produção intelectual e acadêmica das linguistas Amélia Mingas e Rosa Virgínia Mattos e Silva. Nossa pretensão foi, mesmo que de forma não extensiva, oferecer um panorama temático do que as autoras

desenvolveram em seus trabalhos tendo, respectivamente, Angola e Brasil como espaços sócio-políticos e linguísticos para análise.

De forma geral, buscamos textos em que as autoras puderam destacar e, conseqüentemente, debater, a história da língua portuguesa no contexto angolano e brasileiro a partir de diferentes perspectivas.

Nesta seção, fazemos uma retomada de algumas discussões já elencadas ao longo deste texto, mas, desta vez, destacando e buscando aproximar e construir um diálogo entre as duas autoras a partir dos agentes formadores do português angolano e brasileiro.

4.1 APROXIMANDO AMÉLIA MINGAS E ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA: A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS ANGOLANO E BRASILEIRO A PARTIR DE SEUS AGENTES FORMADORES

De maneira geral, nos trabalhos de Amélia Mingas observa-se o papel central das línguas bantu na formação do português angolano a partir de uma abordagem sociolinguística que visa dar ênfase às situações de contato linguístico. Mingas, através de inúmeros dados linguísticos, propõe explicitar como estas línguas moldaram, a partir do contato linguístico, o que chamamos de português angolano.

Em *Interferência do kimbundu no Português falado em Lwanda*, a autora demonstra o papel do contato linguístico e a abordagem que perdurará ao longo de sua obra:

Nós aproveitamos esta afirmação para iniciar a análise do que chamamos “uma abordagem sociolinguística”. Na realidade, o nosso estudo vai centrar-se sobre as interferências provenientes do contacto entre duas sociedades, nomeadamente, uma comunidade de origem europeia, falando uma língua neolatina, o português e, uma outra, de origem africana, falando uma língua bantu, o kimbundu. Estas línguas, como nós pudemos constatar, apresentam algumas diferenças linguísticas importantes, que estão na base de muitas alterações morfofonológicas e morfossintáticas que caracterizam o português de Angola relativamente ao de Portugal. As mudanças constatadas no nosso estudo só são possíveis num contexto específico, como o de um contacto de línguas e culturas diferentes, numa relação precisa, que é a caracterizada por uma situação colonial (Mingas, 2000, p. 43-44).

Aqui, Mingas já delimita que sua abordagem acerca da situação linguística de Angola é abordada no âmbito da Sociolinguística. Logo, para a autora, a relação língua/sociedade e os fatores sociais implicados nesta relação são uma forma de compreender esse espaço geopolítico. E no caso específico de Mingas, estamos falando de uma Angola colonial. E é neste período colonial que temos, então, um “jogo de forças” entre a língua do colonizador e as línguas autóctones que irão interferir significativamente na formação do português de Angola.

As discussões de Amélia Mingas acerca do português se centram na defesa de uma variedade angolana que se pretende autônoma. Em contrapartida, afirmar a existência de uma variedade angolana significa também desconstruir preconceitos que foram propagados durante a dominação portuguesa, e que até a atualidade fazem parte do imaginário popular.

Um desses preconceitos e deslegitimação do português falado pelos angolanos, marcado por uma prosódia e estruturas influenciadas pelas línguas bantu, foi apresentado na subseção “O pretuguês, português em/de Angola” e que aqui retomamos a partir de Mingas (2000):

[...] à utilização do “pretuguês” (o português falado pela maioria dos Angolanos) como elemento de ridicularização em peças de teatro, levou a que os “Assimilados”, na sua quase totalidade, fossem os primeiros a contribuir para a concretização da política linguística dos colonizadores: *eles evitavam falar a sua língua materna e proibiam mesmo os seus filhos de o fazer*.

É assim que, a partir dos anos 25/30, os filhos dos “Assimilados” começaram a ter o português como língua primeira. Contudo os pais, sendo bilingues (kimbundu/português), lhes transmitiram muitas interferências. Por outro lado, importa sublinhar que uma grande maioria dos autóctones morava nos “musseques”, bairros periféricos onde a língua veicular era o kimbundu. De salientar por outro lado que, mesmo os Portugueses que moravam na periferia (comerciantes na sua quase totalidade), eram, eles também, bilingues português/kimbundu (Mingas, 2000, p. 50)

Em defesa desta variedade, Mingas ao longo de seus textos, aponta a impossibilidade do português falado pelos angolanos não ter marcas das línguas bantu. Primeiro, porque não houve um ensino formal do português em Angola para indígenas⁴ e a maior parte dos falantes de português na época colonial eram plurilíngues, sendo o português, em geral, língua segunda ou terceira dos angolanos. Por outro lado, os falantes angolanos de português viviam nas periferias, ao lado de outros africanos que não dominavam o português. Então, o afastamento das cidades em relação ao centro/capital também é tomado como um dos motivos de fazer com que marcas bantu como da língua quimbundo comessem a cristalizar-se no português de Angola:

⁴ O termo “indígena” no contexto angolano, e nas demais ex-colônias portuguesas, está relacionado à organização social da sociedade colonial e a divisão dos não-europeus em dois grupos: assimilados e indígenas. Essa divisão era oficializada pelo “Regulamento do recenseamento e cobrança do imposto indígena”, de 1938, e, posteriormente, pelo “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique” – Decreto-Lei 39.666, de 20 de maio de 1954. De modo geral, [...] os “assimilados” eram um grupo formado por angolanos que tinham direito de fazer com que seus filhos frequentassem a escola com as crianças portuguesas, bem como direito à nacionalidade portuguesa. Os “indígenas” eram os indivíduos de raça negra, e seus descendentes, que nasceram e viviam nas províncias, mas sem a “ilustração e hábitos individuais e sociais” que os qualificavam com os mesmos direitos dos cidadãos portugueses. Para ascender ao status de “assimilados”, os “indígenas” realizavam um exame que avaliava, entre diversos aspectos, o domínio da língua portuguesa. Considerando que o ensino não era nem gratuito e nem obrigatório, apenas uma pequena parcela da população angolana teria acesso à educação formal e domínio do português (Santos, 2021, p. 582).

[...] importa sublinhar que uma grande maioria dos autóctones morava nos “musseques”, bairros periféricos onde a língua veicular era o kimbundu [...] À medida que se progredia do centro da cidade em direcção à periferia, o número de locutores monolíngues português diminuía, aumentando o número de locutores bilingues (kimbundu/português) e monolíngues kimbundu (Mingas, 2000, p. 50-51).

Do outro lado do oceano atlântico, no Brasil, temos Rosa Virgínia Mattos e Silva que procura, através dos seus textos, apontar o protagonismo dos africanos no centro da formação do português brasileiro e combater a ideia de que o português europeu é o principal agente formador do PB. Segundo a autora:

a “voz” africana e dos afro-descendentes, adquirindo necessariamente a língua dos colonizadores, a portuguesa, como língua segunda, na oralidade do cotidiano diversificado e multifacetado, sem o controle normativizador explícito da escolarização, reestruturou o português europeu (Mattos; Silva, 2004, p. 93).

Não se limitando a apenas essa colocação, Mattos e Silva (2004) aponta que “tendo de abdicar de suas línguas de origem, como referido, não tinham eles escolha: tiveram de aprender, num processo de transmissão linguística irregular — na designação da crioulistica atual — a língua da colonização” (Mattos; Silva, 2004, p. 128).

Nos seus ensaios, Mattos e Silva mostra que o apagamento da influência do elemento negro, ou africano, na formação do português brasileiro está relacionado à marginalização dos negros no território brasileiro. Assim, ao mesmo tempo que Rosa Virgínia discute o papel dos negros na formação do PB, também busca desconstruir as narrativas de apagamento e emancipa os africanos e sua relevância na história do Brasil, inclusive ao criticar a visão de outros estudiosos.

Mattos e Silva (2004) reconhece a importância de Serafim da Silva Neto, mas rejeita sua conclusão de que o contato com indígenas e africanos teria sido linguisticamente irrelevante. Este filólogo afirmava que aqueles que tiveram acesso à cultura escolar “recusaram a linguagem adulterada dos negros e dos índios” (Silva Neto, 1960 *apud* Mattos; Silva, 2004, p. 133). Em oposição, a autora sustenta que os fatores sócio-históricos apontam justamente o contrário:

não levou ele [Silva Neto] em conta o fato de que, ao longo do período colonial e pós-colonial, a população de ascendência africana foi, no geral do Brasil, majoritária e que adquiriu o português na oralidade [...] tendo assim modelado o português vernáculo brasileiro” (Mattos; Silva, 2004, p. 133-134).

Diferentemente de Angola, onde Amélia Mingas pôde fazer um levantamento concreto, e que ainda está vivo, das línguas africanas que estiveram na constituição do português angolano, Rosa Virgínia não consegue chegar a essa mesma exatidão, por muitos fatores.

Mattos e Silva (2004) destaca a separação de africanos, feitas pelo colonizador, que tivessem a mesma etnia para dificultar sua organização e o orquestramento de revoltas, ou seja, a mistura de diferentes etnias era uma forma de evitar insurreições entre os escravizados. Deste modo, ficaria difícil saber concretamente quais línguas mais influenciaram o português brasileiro e quais não.

Outro aspecto importante é a maneira como Mattos e Silva rejeita interpretações simplificadoras sobre a influência africana na língua. A autora não afirma que o português brasileiro seja simplesmente uma língua africanizada, mas mostra que se constituiu em um complexo processo de contato linguístico. Nesse sentido, destaca a impossibilidade de uma única língua africana ter predominado no Brasil, devido à política colonial de dispersão étnica dos africanos escravizados. Observa-se, como apontamos acima, que o elemento negro é central nesta construção, principalmente os bantu. É importante ressaltar, contudo, que a autora não deixa de mencionar também o importante papel dos povos indígenas brasileiros na formação do português brasileiro, porém não como elemento central.

É-nos indispensável, então, destacar a visão de Amélia Mingas e Rosa Virgínia Mattos e Silva acerca da formação das suas variedades. Para Amélia Mingas, os agentes formativos do português angolano são os africanos, cujas línguas bantu são faladas no território angolano. Segundo a autora:

O contacto com os Povos africanos, nomeadamente com os Angolanos e Moçambicanos, detentores de estruturas linguísticas e culturais consolidadas, viabilizou, nos respectivos países, fenómenos diversos, de que salientamos, numa primeira etapa, o de aportuguesamento dos termos locais e, seguidamente, com o decorrer do tempo e da intensidade e frequência das interacções entre Portugueses e Africanos aparecem os de bantuização e de expansão do campo semântico de termos portugueses [...] (Mingas, 2015, p. 5).

Em outra ocasião, pode-se observar mais uma vez Mingas (2018) destacando a influência dos africanos na formação da variedade angolana:

Os Africanos, que se viram forçados a usá-la, em detrimento das suas línguas maternas, foram recriando-a pouco a pouco nas suas interacções, enriquecendo o seu falar com neologismos e novas sonoridades advindos das suas línguas maternas. Como resultado, o seu modo diferente de articular a língua comum foi designado pretuguês, para o diferenciar da fala europeia (Mingas, 2018, p. 3).

Além de destacar os africanos como agentes da formação das variedades angolana e moçambicana, bem como ter mostrado anteriormente que a variedade angolana é formada a partir do contato linguístico entre o português europeu e as línguas africanas de Angola, a autora retoma o termo *pretuguês* para se referir à parte do processo de uma variedade que se consolidará, a qual virá a ser o português de Angola. Nas palavras de Mingas (2018):

À diferença do *pretuguês* e do português em Angola, o português de Angola consolidará o processo de africanização da língua europeia no país. Queremos com isto dizer que ele constituirá uma fase da estabilização do português angolano, pois é a única das nossas línguas utilizada nas relações familiares de uma parte significativa dos Angolanos residindo nas cidades costeiras e ao nível das capitais provinciais, além de que ela foi não somente a língua primeira dos Angolanos nesses espaços mas também ela foi aí, percentualmente superior às africanas, como língua segunda (Mingas, 2018, p. 9)

Para Rosa Virgínia Mattos e Silva, os agentes formativos do português brasileiro são os africanos e indígenas, porém, para a autora, o elemento negro é o agente central da formação do português brasileiro. A autora afirma que “das línguas africanas [...] o banto teve ao longo dos quatro séculos de tráfico uma taxa alta constante” (Mattos; Silva, p. 38). Ainda sobre o tema, a autora acrescenta que “os empréstimos lexicais das línguas bantos são os mais numerosos e os mais morfológicamente integrados no português” (Mattos; Silva, 2004, p. 128). Esta última observação reforça a ideia de que a influência africana não se restringiu ao plano social, mas alcançou também a constituição linguística do português brasileiro.

Rosa Virgínia Mattos e Silva, ao colocar o negro como agente central da variedade do português brasileiro, combate os ideais de apagamento da influência africana e, de certa forma, dialoga com Mingas que também busca no povo angolano e, em especial, as línguas autóctones, como forma de valorização de um português até então marginalizado.

Sendo assim, ambas autoras criticam a visão predominante que minimizava a influência do elemento negro na formação dessas variedades, e, ao mesmo tempo, emancipam essas variedades e os seus agentes formativos, os africanos, principais deflagradores do contato linguístico e colaboram, dentro do seu fazer científico, na valorização destas duas variedades identidade cultural dos angolanos e brasileiros.

5 CONCLUSÃO

Neste artigo, apresentamos um conjunto de textos de duas linguistas, de espaços geopolíticos distintos: a angolana Amélia Mingas e a brasileira Rosa Virgínia Mattos e Silva. Embora distantes geograficamente e separadas pelo Atlântico, mostramos que seus trabalhos intelectuais não fogem de uma abordagem questionadora, e de certa forma, próximas, quando as duas se voltam na construção de uma história da língua portuguesa em seus respectivos territórios.

Esse exercício que propomos, então, inseriu-se na perspectiva de uma historiografia decolonial e transatlântica. Especificamente, mostramos que ambas as autoras buscaram reinterpretar um “cânone” pré-estabelecido de uma história da língua portuguesa ainda eurocêntrica. Se no Brasil, ainda persistia uma história que minimizava a influência africana na língua portuguesa, em Angola as línguas autóctones faladas pela maioria da população eram colocadas à margem do contato linguístico com o português e se tornavam estigmatizantes dessa variedade da língua portuguesa.

Mingas e Mattos e Silva, portanto, são duas expoentes e pioneiras dessa abordagem não mais eurocêntrica da formação do português e que podem contribuir na construção de uma narrativa dessa história no escopo de uma historiografia transatlântica e decolonial.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, C. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. In: BATISTA, R. O. (Org.). **Historiografia da linguística**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 19-43.
- ALTMAN, C; LOURENÇO, J. (Orgs.). **Feminino em Historiografia Linguística: Américas** - volume 1. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2023.
- ARMITAGE, D. Três conceitos de história atlântica. *História Unisinos*, v.18,n.2, p.206-217, 2014.
- BATISTA, R. **Fundamentos da pesquisa em Historiografia da Linguística**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2020.
- CECATTO, A. A História Atlântica como possibilidade de abordagem metodológica para os estudos do Atlântico e o ensino de História da África. **Temporalidades** – Revista de História, Ed. 23, v.9, n.1, p. 167-183, 2017.

COELHO, O. Historiografia Linguística Decolonial. *In: LEITE, M. Q.; HACKEROTT, M. M. S.; SIQUEIRA, C. C. (Orgs.). **Tópicos em Historiografia Linguística**: das práticas linguísticas à meta-historiografia.* São Paulo: Edusp, 2023. v. 1, p. 162-175.

COELHO, O.; HACKEROTT, M. M. S. Historiografia Linguística. *In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. S. (Orgs.) **Ciências da linguagem**: o fazer científico? - vol.1.* Campinas/SP: Mercado de Letras, 2012, p. 381-407.

COELHO, O.; FINBOW, T. Apontamentos para uma história linguística transatlântica e descolonizada do português no Brasil: o contato e a diversidade em foco. *In: VIEIRA, F.E.; BAGNO, M. (Orgs.). **História das línguas, histórias da linguística**: homenagem a Carlos Alberto Faraco.* São Paulo: Parábola, 2020, p. 61-84.

COELHO, O.; SANTOS, E.F. Macedo Soares, Amélia Mingas e a Historiografia Linguística Transatlântica. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 64, n. 00, p. e022020, 2022.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MINGAS, A. Português em Angola - Reflexões. *In: VIII ENCONTRO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA*, Macau, 1998.

MINGAS, A. **Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda.** Porto: Campo das Letras, 2000.

MINGAS, A. **Língua versus Fala**: a questão angolana. República de Angola, Luanda, 2004a.

MINGAS, A. A língua portuguesa em Angola. *In: 20o ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA*, Lisboa, 2004b.

MINGAS, A. **O pretuguês, português em/de Angola.** Manuscrito, 2018.

SANTOS, E. F. A Contribuição de Amélia Mingas para uma História Linguística Angolana: Contextualizações Iniciais. **Revista da Abralin**, v. 20, n. 3, p. 574-585, 2021.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Revista Confluência**, n.44/45, p.39-50, 2013.

SWIGGERS, P. Historiografia da linguística: princípios, perspectivas, problemas. *In: BATISTA, R.O. **Historiografia da linguística.*** São Paulo: Contexto, 2019, p. 45-80.